

Fundação Gaspar Frutuoso, FP

AVISO

Procedimento concursal comum para a celebração de um contrato de trabalho a termo incerto, tendo em vista a ocupação de 1 (um) posto de trabalho, e que irá exercer funções correspondentes à categoria de Técnico Superior na área de Ciências do Solo ou Biologia, em cumprimento do disposto na alínea e) do artigo 48.º da Lei n.º 24/2012, de 9 de julho (Lei-Quadro das Fundações) e para efeitos do disposto no n.º 4 do artigo 30.º e artigo 33.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e n.º 1 do artigo 19.º da Resolução do Conselho do Governo n.º 178/2009, de 24 de novembro, republicada pela Declaração de Retificação n.º 14/2009, de 2 de dezembro, torna-se público que, por decisão de 05 de dezembro de xx, do Presidente do Conselho Diretivo da Fundação Gaspar Frutuoso FP, fundação pública de direito privado, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis, a contar da data da publicação do presente aviso na Bolsa de Emprego Pública – Açores, procedimento concursal comum para contrato de trabalho a termo incerto, ao abrigo da alínea g) do n.º 2 do artigo 140.º do Código do Trabalho, não podendo ultrapassar o prazo de execução do projeto de investigação que o cofinancia, tendo em vista a ocupação de um posto de trabalho da carreira e categoria de Técnico Superior com Doutoramento no ramo de Ciências Agrárias, especialidade em Ciências do Solo, para a área de Modelação em Sistemas de Informação Geográfica/Deteção Remota/Radares de Penetração no Solo, Paisagem e Biodiversidade, e Gestão de Bases de Dados Geográficas.

O contrato insere-se na Prestação de Serviços N.º 1/SRAAC/2025 PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE “AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MONITORIZAÇÃO DAS PLANTAS E HABITATS TERRESTRES DA DIRETIVA HABITATS E ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DO ARTIGO 17.º DA RESPECTIVA DIRETIVA PARA O PERÍODO DE 2019-2024”, financiado pela Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas.

1 – Legislação Aplicável: Lei-Quadro das Fundações, aprovada pela Lei n.º 24/2012, de 9 de julho; Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho; Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro,

1/8

Fundação Gaspar Frutuoso, FP

na sua redação atual; Resolução do Conselho do Governo n.º 178/2009, de 24 de novembro, republicada pela Declaração de Retificação n.º 14/2009, de 2 de dezembro, todos os diplomas nas redações em vigor.

2 – Garantia de Igualdade entre homens e mulheres – Menção a que se refere o Despacho Conjunto n.º 373/2000, de 1 de março:

“Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública enquanto Entidade Empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação”.

3 – Local de trabalho: Universidade dos Açores, nas instalações da Faculdade de Ciências Agrárias e do Ambiente. Rua Capitão João d'Ávila, Angra do Heroísmo. 9700-042, Angra do Heroísmo.

4 – Caracterização do posto de trabalho: as funções a desempenhar correspondem ao grau 3 de complexidade funcional, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 86.º da LTFP, para as quais é exigida, no mínimo, o grau de doutorado.

O trabalhador desempenhará funções ao nível de Técnico Superior, sob a orientação científica do Professor Eduardo Dias. E terá como funções específicas:

Investigação e produção de indicadores de distribuição e de qualidade do estado de conservação das turfeiras dos Açores (habitats da Diretiva Habitats), com recurso a processamento geoestatístico de fotogrametria e deteção remota - imagens óticas, óticas multiespectrais e radar de abertura sintética, índices de vegetação, análise espectral, análise de subsidência e radar de penetração no solo.

O candidato deverá ainda:

- Colaborar na organização de reuniões e assistência na monitorização do projeto a nível científico e nas atividades de disseminação.

Fundação Gaspar Frutuoso, FP

- Colaborar na análise integrativa de todos os dados.
 - Colaborar na elaboração de relatórios do projeto e na preparação de artigos científicos, comunicações ou posters.
 - Colaborar no plano de divulgação do projeto.
1. Recolher informação pelas nove ilhas dos Açores para os habitats do Anexo I da Diretiva e as espécies dos Anexos II, IV e V (componente terrestre), direcionadas particularmente para as áreas onde poderá ter existido alterações das condições / populações (projetos de conservação, distúrbios naturais, alterações dos usos ou da propriedade)
 2. Aplicar e ajustar o programa de monitorização para os habitats do Anexo I e as espécies dos Anexos II, IV e V, todos da Diretiva, bem como, avaliar o seu estado de conservação na área terrestre da Região Autónoma dos Açores, e elaborar o relatório do Artigo 17.º da Diretiva Habitats, correspondente ao período 2019-2024, de acordo com o formato disponível no Portal de Referência (https://cdr.eionet.europa.eu/help/habitats_art17/Reporting20191);
 3. Preencher/Atualizar os Formulários de Dados Normalizados (FDN) dos sítios da Rede Natura 2000 dos Açores, relativos a habitats e espécies de flora terrestres, particularmente dos campos 3 (Informações Ecológicas) e 4 (Descrição do Sítio), tendo em conta o novo formato dos FDN, disponível em: https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=OJ:L_202302806, e de acordo com os critérios entretanto estabelecidos pela Autoridade Nacional.

O contrato vigora por tempo incerto, sendo que em nenhuma circunstância o contrato vigorará para além do prazo necessário para a execução do projeto que cofinancia integralmente os encargos com o contrato em apreço.

Fundação Gaspar Frutuoso, FP

5 – Âmbito do recrutamento: O recrutamento efetua-se nos termos do n.º 4 do artigo 30.º da LTFP, destinado a trabalhadores com ou sem vínculo de emprego, mediante procedimento concursal.

6 – Posicionamento remuneratório: o posicionamento remuneratório do trabalhador recrutado será o correspondente à 3ª posição remuneratória da carreira de Técnico Superior, nos termos do Decreto Regulamentar n.º 14/2008, de 31 de julho, que corresponde ao nível remuneratório 26 da Tabela Remuneratória Única (Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro, atualizada pelo Decreto-Lei n.º 108/2023, de 22 de novembro).

7 – Habilitações Académicas exigidas: Doutoramento, nos termos do artigo 34.º da LTFP, na área de Ciências do Solo ou Biologia, a que corresponde o grau de complexidade funcional 3, de acordo com o previsto na alínea c) do n.º1 do artigo 86.º da LTFP, não havendo possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação ou experiência profissional.

8 – Métodos de seleção e critérios: nos termos referidos no n.º 8, do art.º 6.º do Decreto Legislativo Regional n.º 26/2008/A, de 24 de julho, na redação dada pelo Decreto Legislativo Regional n.º 12/2018/A, de 22 de outubro os métodos de seleção a utilizar são a Avaliação Curricular (AC) e a Prova de Conhecimentos Oral (PCO), de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Valoração final} = 0,30 \times \text{AC} + 0,70 \times \text{PCO}$$

A valoração final dos candidatos será expressa numa escala de 0 a 20 valores, com valoração até às centésimas.

8.1– Avaliação Curricular (AC): visa analisar a qualificação dos candidatos, designadamente a habilitação académica ou profissional, percurso profissional, relevância da experiência adquirida e da formação realizada, tipo de funções exercidas e avaliação do desempenho obtida.

AC= (EI + FP + 2EP) /4, sendo:

EI = Experiência em projetos de Investigação: onde se pondera a experiência no

Fundação Gaspar Frutuoso, FP

desenvolvimento de projetos de investigação e estudos científicos (valorização sumativa)

1. Participação como investigador em projetos I&D nacionais e internacionais no domínio científico do projeto a que se candidata3 valores;

2. Experiência na gestão de projetos de investigação e desenvolvimento, participação em gestão de equipas.....3 valores;

3. Experiência na preparação de relatórios de projetos científicos, documentos de divulgação científica, publicação de artigos em revistas científicas, revisão de artigos em revistas científicas.....4 valores;

4. Experiência em projetos científicos sobre a aplicabilidade de deteção remota (DigitalGlobe, Sentinel-2, Landsat, PlanetScope e Rapideye e radar Sentinel-1), da aplicação de radares de

penetração no solo, na gestão da flora e habitats naturais dos Açores5 valores.

+ 1 valor por cada ano de experiência, até ao limite de 20 valores.

FP = Formação Profissional: considerando-se as áreas de formação e aperfeiçoamento

profissional relacionados com as exigências e as competências necessárias ao exercício da função:

1. Outros mestrados, correlacionada com a área científica do cargo a promover.....2 valores;

2. Outro doutoramento correlacionado com a área científica do cargo a promover2 valores;

Fundação Gaspar Frutuoso, FP

3. Frequência de uma ação de formação, pós-graduação, mooc, seminário, webinar ou simpósio, correlacionado com a área científica do cargo a prover3 valores;
 4. Com bolsas de investigação ou grants atribuídos para investigação da aplicabilidade de imagens satélite de média e grande resolução, bem como software para o respetivo processamento3 valores;
- +1 valor por cada ação, seminário ou simpósio, para além da 1ª, até ao limite de 20 valores.

EP = Experiência profissional: considerando e ponderando com incidência sobre a execução de atividades inerentes ao posto de trabalho e ao grau de complexidade das mesmas,

devidamente comprovada e expressa em termos de:

1. Com experiência em modelação em sistemas de informação geográfica/deteção remota/, paisagem e biodiversidade, e conceção e gestão de bases de dados geográficas4 valores;
2. Aplicação específica na flora e habitats endémicos dos Açores2 valores;
3. Com experiência na utilização de Radares de Penetração no Solo (Antenas: MALA 500 MHZ shielded e MALA 100 MHZ RTA), análise e modelação dos resultados obtidos com recurso aos softwares MALA Groundvision e REFLEXW 5 valores;
4. Com experiência na análise de deformação de histosolos com recurso a imagens de satélite de radar de abertura sintética Sentinel-1.....3 valores;
5. Com experiência em trabalho de campo com Flora e Habitats Endémicos dos Açores..... 2 valores;

Fundação Gaspar Frutuoso, FP

6. Com domínio de software de modelação em sistemas de informação geográfica/deteção remota, nomeadamente: ArcMap, Geomedia, Hexagon IMAGINE, QGIS, TerrSet, ESA SNAP, Autocad, Canoco, SPSS, bem como de análise matemática avançada de imagens.....até 4 valores;

8.2 – A Prova de Conhecimento Oral (PCO) visa avaliar, os conhecimentos académicos e, ou, profissionais e as competências técnicas dos candidatos necessárias ao exercício de determinada função.

Para cada Prova de Conhecimento Oral (PCO) é elaborada uma ficha individual, contendo o resumo dos temas abordados, os parâmetros de avaliação e a classificação obtida em cada um deles, devidamente fundamentada.

Na Prova de Conhecimento Oral (PCO) é adotada a escala de 0 a 20 valores, considerando-se a valoração até às centésimas.

9 – A falta de comparência dos candidatos à Prova de Conhecimento Oral (PCO) equivale à desistência do concurso; de igual forma serão excluídos do procedimento, os candidatos que tenham obtido uma valoração inferior a 9,5 valores na AC, não sendo convocados para a prova de conhecimentos oral (PCO).

10 – Em situações de igualdade de valoração aplica-se o disposto no artigo 35.º da Resolução do Conselho do Governo n.º 178/2009, de 24 de novembro republicada pela Declaração de Retificação n.º 14/2009, de 2 de dezembro.

11 – Nos termos da alínea t) do artigo 19.º da Resolução n.º 178/2009, de 24 de novembro, as atas do júri, onde constam os parâmetros da avaliação e respetiva ponderação de cada um dos

Fundação Gaspar Frutuoso, FP

métodos de seleção a utilizar, a grelha classificativa e o sistema de valoração final do método, são facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

12 – Exclusão e notificação de candidatos: De acordo com o preceituado no n.º 1 do artigo 30.º da Resolução do Conselho do Governo n.º 178/2009, de 24 de novembro republicada pela Declaração de Retificação n.º 14/2009, de 2 de dezembro, os candidatos excluídos serão notificados para a realização da audiência dos interessados.

12.1 – O exercício do direito de participação de interessados é obrigatoriamente efetuado mediante formulário próprio disponível na página eletrónica da BEP-Açores em <http://bepa.azores.gov.pt>;

12.2 – Os candidatos admitidos serão informados dos resultados da AC, nos termos previstos no artigo 32.º e por uma das formas previstas no n.º 3 do artigo do 30.º da Resolução do Conselho do Governo n.º 178/2009, de 24 de novembro republicada pela Declaração de Retificação n.º 14/2009, de 2 de dezembro, preferencialmente por email.

13 – Quotas de Emprego: Dar-se-á cumprimento ao previsto no n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro, adaptado à Região pelo Decreto Legislativo Regional n.º 4/2002/A, de 1 de março. O candidato com deficiência tem preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal, devendo para tal os candidatos declarar no requerimento de admissão, sob compromisso de honra, o respetivo grau de incapacidade, o tipo de deficiência e os meios de comunicação/expressão a utilizar no processo de seleção

14 – Prazo de validade: O procedimento concursal é válido por seis meses.

15 – Composição do Júri:

Presidente: Professor Doutor Eduardo Manuel Ferreira Dias

(Professor Auxiliar, Investigador Principal

e Investigador Responsável pelo projeto)

Vogais efetivos:



Fundação Gaspar Frutuoso, FP

Professor Doutor Alfredo Emílio Silveira de Borba

(Presidente da Faculdade de Ciências Agrárias e do Ambiente, que substituirá o Presidente nas suas faltas e impedimentos)

Cândida Margarida Ferreira Mendes

(Membro da Equipa de Investigação)

Vogais suplentes:

Professor Doutor João da Silva Madruga

(Professor Associado de Engenharia Rural do Departamento de Ciências Agrárias da Faculdade de Ciências e do Ambiente, da Universidade dos Açores e Presidente do IITAA)

16 – Formalização das candidaturas: As candidaturas deverão ser efetuadas em formulário próprio, obrigatório, nos termos do n.º 2 do artigo 42.º da Resolução n.º 178/2009, de 24 de novembro, disponível na página eletrónica da BEP-Açores em <http://bepa.azores.gov.pt>, impressas em PDF – Portable Document Format e dirigidas ao presidente do júri, com a menção em assunto «*procedimento concursal para contrato de trabalho a termo resolutivo incerto*, Doutoramento na área de Ciências do Solo ou Biologia ».

17 – A candidatura deverá ser acompanhada dos seguintes documentos, enviados por via eletrónica, podendo ser exigido pelo júri a apresentação do original em papel, sob pena de exclusão:

- i. Fotocópia do cartão do cidadão ou do bilhete de identidade e número de identificação perante os impostos.
- ii. Certificado de habilitações literárias;
- iii. Comprovativos das ações de formação profissional frequentadas (Congressos, seminários, cursos avançados, etc.);

Fundação Gaspar Frutuoso, FP

iv. *Curriculum vitae*, detalhado e atualizado, datado e assinado pelo candidato onde constem, nomeadamente, a experiência profissional e formação profissional que possui; e

v. Outros documentos, considerados relevantes para análise da candidatura.

18 – As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da Lei.

19 – Os candidatos deverão apresentar os requerimentos e documentos comprovativos, dirigidos ao Presidente do Júri, através do endereço de e-mail eduardo.mf.dias@uac.pt com conhecimento a fgf@uac.pt, até ao último dia do prazo de abertura do concurso.

20 – Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer candidato a apresentação de documentos comprovativos das declarações que efetuou sob compromisso de honra e das informações que considere relevante para o procedimento.

21 – A lista unitária da ordenação final dos candidatos é publicada na BEP-Açores e afixada em local visível ao público das instalações da Fundação Gaspar Frutuoso, sendo as comunicações com os candidatos preferencialmente realizadas por correio eletrónico.

Ponta Delgada, 7 de abril de 2026

O PRESIDENTE DO JURI

(Eduardo Manuel Ferreira Dias)